



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. Em 23.03.2023 (vinte e três de março de dois mil e
3 vinte três), às dez horas, presencialmente e por videoconferência, teve início a 187ª
4 (centésima octogésima sétima) Reunião Ordinária da CONAES, no Gabinete do Ministro
5 da Educação, com a presença dos seguintes membros: Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl
6 (Notório Saber), André Lemos Jorge (Notório Saber), Maurilio Mussi Montanha
7 (Representante do Corpo Técnico – Administrativo), Ana Beatriz B. de Siqueira
8 (Representante Discente), Ulysses T. Teixeira (Representante do INEP), Mircea Claro
9 Mollerer (Representante da Capes), Clarissa Tagliari (Representante da SERES), Pierry
10 Teza (Representante da SETEC) e, como ouvintes Carla Comerlato Jardim (Diretora de
11 Políticas Públicas da SETEC), Susi Mesquita Vargas (Coordenadora-Geral de Gestão de
12 Exames e Indicadores da Educação Superior - INEP), Robson Quintilho (Coordenador de
13 Estatísticas e Indicadores da Educação Superior Substituto – INEP) e Arthur Canotilho
14 Machado (Ass. Técnico do INEP). Presentes por videoconferência, Simone Horta Andrade
15 (Membro Notório Saber), e como ouvintes: Ana Flavia Sacchetto Fabrini (Coordenadora de
16 Instrumentos de Avaliação e Gestão de Avaliadores – INEP). Participou presencialmente
17 também, Tamyres Aguiar Rodrigues (Assistente Administrativo da CONAES). A Presidente
18 deu boas-vindas a todos, em destaque aos novos integrantes da Conaes, a Prof.^a Simone
19 Horta, o Prof. Pierry Teza e pediu que se apresentassem. Após apresentações, a
20 Presidente iniciou a reunião. **Item 1.1.** A Ata 186ª foi colocada em votação. Foi aprovada,
21 porém com pendência de solicitação de alteração do Inep em alguns termos específicos.
22 **Item 2.1.** Indicação de membro representante da Conaes para compor Grupo de Trabalho,
23 de caráter técnico, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, para apresentar subsídios
24 com vistas à regulamentação da oferta dos cursos de graduação em Direito, Odontologia,
25 Psicologia e Enfermagem, na modalidade a distância – CONAES. O Prof. André sugeriu
26 que a Prof.^a Simone fosse a representante e foi aceito. Ficou aprovado que a Prof.^a Simone
27 será representante nas áreas de Direito e Psicologia e a Presidente Ana nas áreas de
28 Odontologia e Enfermagem. **Item 2.2.** Indicação de Membro Representante da Conaes para
29 compor Comissão Técnica de Classificação de Cursos – CTCC (Cine Brasil) – CONAES.
30 O Prof. Maurilio se pôs à disposição de assumir a representação. Foi aprovada a
31 representação do Prof. Maurilio Mussi como titular e da Presidente Ana Maria como
32 suplente. **Item 2.3.** Proposta de Cesta de Indicadores que será divulgada em 2023 – INEP.
33 A Prof.^a Susi iniciou apresentando o estudo de indicadores na dimensão Perfil do corpo
34 docente, baseado nos dados do censo, dividido em dois blocos. No Bloco 1 - Cursos
35 vinculados por docente por IES, dividido por: 1. Média de cursos vinculados por docente; 2.
36 Média de cursos vinculados por docente doutor; 3. Média de cursos vinculados por docente
37 mestre; 4. Média de cursos vinculados por docente especialista. No Bloco 2 – Titulação
38 docente e Regime de trabalho, dividido por: 1. Percentual de docentes com doutorado na
39 IES; 2. Percentual de docentes com mestrado na IES; 3. Percentual de docentes com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

40 mestrado ou doutorado na IES; 4. Percentual de docentes com doutorado no curso; 5.
41 Percentual de docentes com mestrado no curso; 6. Percentual de docentes com mestrado
42 ou doutorado no curso; 7. Percentual de docentes com regime de trabalho em tempo
43 integral na IES; 8. Percentual de docentes com regime de trabalho em tempo parcial na
44 IES; 9. Percentual de docentes com regime de trabalho em tempo integral no curso; 10.
45 Percentual de docentes com regime de trabalho em tempo parcial no curso. A Presidente
46 questionou se em algum momento o Inep fez uma correlação entre docente, mestre e
47 doutor com o tempo de regime de trabalho de cada um e disse que sentiu falta dessa
48 informação no anexo da apresentação. A Prof.^a Susi respondeu que ainda não foi feita essa
49 correlação. A Presidente explicou que a contratação de um doutor não deve ser realizada
50 apenas por ganho de pontos na avaliação do MEC, e sim pela capacidade desse
51 profissional desenvolver pesquisa ou pelo menos a iniciação científica na sua Instituição.
52 Não seria vantajoso um professor com titulação de doutorado está vinculado a uma
53 Instituição realizando 40 horas de aulas e participando de vários cursos, sem tempo para
54 dedicação a pesquisas e publicações. Acredita que a contratação do doutor seja para maior
55 contribuição científica na instituição. Explicou também que esses dados colhidos podem
56 gerar informações sobre a quantidade de pesquisas e publicações que a Instituição está
57 realizando, mostrando assim que tempo esses doutores estão tendo para investir nessas
58 ações. A Prof.^a Susi explicou que esse cruzamento de informações poderia ser feito no
59 momento da apresentação, colhendo os dados dos gráficos, entre o regime de trabalho
60 integral dos doutores e a média de cursos que estão regulados. Futuramente após término
61 dos estudos dos blocos 3 e 4 ainda referentes às informações docentes, conforme sugestão
62 dada em outras reuniões pelo Prof. Mário, iniciariam a dimensão da pesquisa, mostrando
63 assim com mais efetividade a informação questionada. A Presidente acrescentou
64 explicando que as Faculdades possuem a não obrigatoriedade de apresentar pesquisas e
65 cursos de pós-graduação, e sugeriu que as que possuem mesmo sem essa
66 obrigatoriedade, deveriam ser reconhecidas com essa diferenciação e aflorar nos
67 indicadores dessa Cesta, pois assim o público conheceria melhor cada Instituição. A Prof.^a
68 Susi anotou a sugestão e continuou a apresentação explicando quais são os objetivos
69 desse estudo: analisar as características e bases utilizadas para os indicadores propostos,
70 apresentar os resultados e relacioná-los quanto a características dos cursos e IES e avaliar
71 os resultados quanto aos pressupostos de indicadores sociais. O Bloco 1, de cursos
72 vinculados por docente por IES, é um bloco sobre a média de curso vinculados por docente.
73 A Prof.^a Susi destacou dados em que 96,4% das matrículas têm um estudante que tem, ao
74 longo do curso, contato com um professor doutor na sua graduação. A média geral é de 2,5
75 cursos vinculados para cada docente. Na média de cursos por docente que atua em
76 pesquisa é de 2,5% não atuam em pesquisa e 2,89% atuam. Na média de cursos por
77 docente que atua na pós-graduação, presencial e/ou EaD, a média é de 2,53% que atuam
78 e de 3,14% que atuam. Na média de cursos por docente que atua como visitantes, a média



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

79 é de que 2,62% não atuam e 2,05% atuam. Na média de curso por docente que atua como
80 substituto, a média é de 2,62% que não atuam e de 2,63% atuam. Nos resultados dos
81 indicadores do bloco 1, foi identificado que independente da titulação, 1 docente está
82 vinculado, no mínimo, a 2 cursos de graduação. Na titulação de doutor a média é de 2.6,
83 dos mestres 1.9 e especialistas 1.8. Concluindo-se que os doutores possuem a maior
84 quantidade de cursos vinculados. Como limite superior resultou em 4,2 na média de cursos
85 por docente, 6 na média de cursos por docente doutor, 3,9 na média de cursos por docente
86 mestre e 3,1 na média de cursos por docente especialista. Na análise de correlações com
87 foco na categoria administrativa, foi observado que a média de cursos por docentes nas
88 Instituições privadas com fins lucrativos é de 2,12, nas Instituições privadas sem fins
89 lucrativos é de 2,01, na Pública Federal é de 2,24, na Pública Estadual é de 1,67, na Pública
90 Municipal é de 1,73 e na Especial de 1,69. É natural que as públicas tenham um regime de
91 trabalho diferenciado. A Prof. Carla comentou que nos Institutos Federais principalmente,
92 a vinculação dos docentes se dá em maior medida aos cursos técnicos, porque se trabalha
93 com verticalização entre cursos técnicos de graduação e pós-graduação. Está no escopo
94 considerar isso, porque os docentes atuam também em cursos técnicos, além da
95 graduação. Disse que essa consideração precisa estar posta quando tratar especificamente
96 do processo de avaliação dos Institutos Federais. Inclusive existem algumas privadas de
97 ensino superior que ofertam educação técnica de nível médio e são autorizadas pelo próprio
98 Ministério. A Prof.^a Susi explicou que depois que estiver com os estudos prontos, o Inep irá
99 sentar-se com cada Secretaria e ouvir as considerações. Na análise de correlações sobre
100 a organização acadêmica, a média de cursos por docente para universidade é de 2,76, para
101 Centro Universitário é de 3,01, para Faculdade é de 1,82 e para IF/CEFET 1,55. A
102 Presidente sugeriu a definição e separação das universidades nessa porcentagem como
103 públicas e privadas. Na análise de correlações por porte da IES, a média de cursos por
104 docentes das consideradas super, é de 6,76, das grandes 3,08, das médias 3,3, e das de
105 pequeno porte, 1,9. A Presidente questionou a definição de docente nessa pesquisa, se
106 está relacionado a conteudista ou a tutor e a preceptor. A Prof.^a Susi esclareceu que por
107 enquanto está sendo considerado apenas o docente, o tutor ainda não está aparecendo
108 nos estudos. Que haverá uma conversa com a Coordenadora-Geral de Educação Superior
109 ligada à coleta de dados, para iniciar a qualificação do tutor. Separar melhor tanto o tutor
110 docente quanto um tutor apoiador. Acredita que não deve ser criado um único sistema de
111 EaD e que as instituições devem ter autonomia para criar o seu sistema da melhor maneira
112 para ter um bom acompanhamento do estudante, uma rede de apoio que de certa maneira,
113 por meio de um tutor chega no estudante. Na análise de correlações por região geográfica
114 a média de cursos por docente é de 1,83 no Norte, 1,93 no Nordeste, 2 no Centro-Oeste.
115 Na análise da série temporal dos indicadores, foi identificado que alguns indicadores terão
116 séries históricas. Na comparação dos indicadores do bloco 1 por instituições, foi
117 apresentado um conjunto de exemplos de instituições e detalhou as informações de 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

118 Faculdade, 1 Instituto Federal, 1 Centro Universitário, 1 Universidade grande e 1
119 Universidade super. Nesse momento entrou para o estudo no Bloco 2, sobre a titulação
120 docente e regime de trabalho foi constatado que 15,3% atuam em pós-graduação, 31,3%
121 em pesquisa, 0,4% como visitante e 4,7% como substituto. No que se refere à titulação,
122 50,1% desses docentes tem Doutorado, 34,8% Mestrado, 13,9% Especialização e 1,2% só
123 de Graduação. Quanto ao regime de trabalho, 54% desses docentes trabalham em período
124 integral, 25,8% parcial, 16,6% são horistas e 3,6% com dados faltantes. Na atuação
125 docente pela titulação: os doutores atuam 95,6% em pós-graduação, 81,1% em pesquisa,
126 60,8% como visitante e 30,4% como substituto; os mestres atuam 2,9% em pós-graduação,
127 15,2% em pesquisa, 22,6% como visitante e 45,6% como substituto; os com especialização
128 atuam 08% em pós-graduação, 3% em pesquisa, 14,8% como visitante e 14,9% como
129 substituto; os com graduação 0,7% em pós-graduação, 0,7% em pesquisa, 1,8% como
130 visitante e 9,2% como substituto. Na atuação pelo regime de trabalho: em período integral
131 atuam 93,2% em pós-graduação, 81,2% em pesquisa, 55,3% como visitante e 54,2% como
132 substituto; em período parcial atuam 5,5% em pós-graduação, 15,3% em pesquisa, 19,4%
133 como visitante e 35,1% como substituto; como horista atuam 1,3% em pós-graduação, 3,5%
134 em pesquisa, 25,3% como visitante e 10,7% como substituto. Como forte característica
135 dessa cobertura é que as IES possuem 99,5% de mestres ou doutores. No comportamento
136 de mestres e/ou doutores na categoria administrativa, a pública federal se destacou e isso
137 tem a ver com o regime de trabalho e pela porcentagem maior de docente doutores e
138 mestres atuando na graduação. Por porte, a Super se destacou com um comportamento
139 diferente em relação aos outros com uma média baixa de percentual de docentes doutores
140 na IES. Por região geográfica, o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na
141 região Norte é menor. Na série histórica dos indicadores de titulação docente do bloco 2 a
142 nível de IES os números de doutores e/ou mestre desde 2013 tem aumentado. O percentual
143 médio de docentes em período integral é de 30,6% e parcial de 43,8%. Na categoria
144 administrativa, a pública federal se destacou com um comportamento bem acentuado. As
145 públicas estaduais têm uma variação maior. Por organização acadêmica, destacou-se as
146 universidades com um percentual maior de docentes em regime integral. Na série histórica
147 esses percentuais de regime de trabalho desde 2013 têm se mostrado estáveis e sem
148 grandes mudanças. No conjunto de potenciais indicadores foi usado como exemplo 1
149 faculdade com fins lucrativos, 1 IF/CEFET, 1 Centro Universitário e 1 Universidade pública
150 federal e 1 privada com fins lucrativos e mostrado cada comportamento. Destacou-se o
151 percentual do perfil entre mestres e/ou doutores a faculdade com 88,6%, a IF/CEFET com
152 93,5%, o Centro Universitário com 94,6%, Universidades pública federal com 98,2% e a
153 universidade privada com fins lucrativos com 81,4%. Por categoria administrativa destacou-
154 se as privadas sem fins lucrativos com percentuais mais baixos, as públicas federais com
155 um percentual maior e as estaduais um perfil mais diversificado. Por organização
156 acadêmica destacou-se as universidades com um número maior de doutores. A média de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

157 doutores é maior na modalidade presencial e o número de mestres é maior no EaD. Por
158 região geográfica, o Sudeste se destaca com um número maior de doutores. Na série
159 histórica houve um crescimento a partir de 2013 de mestre e doutores e com um número
160 maior de doutores atuando na graduação. Por regime de trabalho docente a média de
161 percentual docente atuando no regime integral é de 54,8% e parcial 42,9%. Na comparação
162 dos indicadores, no curso de Pedagogia por exemplo, foi demonstrado seu comportamento
163 considerando 1 faculdade com fins lucrativos, 1 Centro Universitário, 1 IF/CEFET, 1
164 Universidade pública estadual e 1 privada com fins lucrativos. O percentual de docentes
165 mestres e/ou doutores é de 71,4% na faculdade com fins lucrativos, 92,8% nos Centros
166 Universitários, 90,9% na IF/CEFET, 100% na Universidade pública estadual e 93,7% na
167 privada com fins lucrativos. Diante desse estudo foi concluído que: todos os indicadores
168 atenderam aos pressupostos de um indicador social; os docentes doutores são, em média,
169 vinculados a um maior número de curso em comparação às outras titulações. Apesar dos
170 valores próximos, foi possível observar variações de comportamento nas desagregações
171 por organização acadêmica, categoria administrativa e porte; os indicadores de titulação e
172 regime de trabalho têm como característica serem indicadores dependentes logo um valor
173 alto em um indicador implica em um valor baixo em outro. O percentual maior de número
174 de doutores é encontrado nas universidades, notadamente nas instituições públicas.
175 Resultado esperado, considerando a regulação do sistema e as características de
176 contratação de cada categoria administrativa. Os resultados relativos ao regime de trabalho
177 também são esperados, considerando a característica do sistema de educação superior
178 brasileira. As instituições de porte Super apresentam valores inferiores nos indicadores se
179 comparado aos valores das universidades. A partir dos resultados das análises
180 apresentadas nesse estudo, considera-se adequado que o conjunto de indicadores
181 relativos à Dimensão Perfil Docente, blocos 1 e 2, integrem a *Cesta de Indicadores da*
182 *Educação Superior* a ser divulgada pelo Inep. Os próximos passos serão: 1 - Elaborar as
183 notas técnicas dos indicadores; 2 - iniciar a elaboração do Painel de Indicadores da
184 Educação Superior (Business Intelligence – BI); 3 - concluir os estudos dos indicadores dos
185 blocos 3 (Permanência Docente) e 4 (Número de estudantes por docente) da Dimensão
186 Perfil Docente. A partir destas etapas apresentar à Conaes os estudos dos blocos 3 e 4 na
187 189ª Reunião Ordinária de maio/2023. O Prof. Ulysses sugeriu fechar esse módulo e trazer
188 a Nota Técnica na próxima reunião para escolha da nova dimensão que será estudada. A
189 Presidente agradeceu ao Inep pelo excelente trabalho. A Profa. Carla comentou que a
190 especificidade dos Institutos Federais e CEFETS, através dos dados, traduz uma realidade
191 que é vivenciada pelos docentes em função dos cursos técnicos. Inclusive por força de lei,
192 pelo menos 50% da oferta de vagas dos Institutos Federais obrigatoriamente tem que se
193 dar em cursos técnicos de nível médio e pelo menos 20% da oferta de vagas para formação
194 de professores. E que quando a Cesta for discutida com as Secretarias, essa especificidade
195 será discutida. A Prof.ª Susi trouxe a reflexão sobre qual seria o melhor docente para o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

196 curso tecnológico. O doutor, o mestre ou o especialista que tenha um grande conhecimento
197 na área de mercado de trabalho? O Prof. Maurilio questionou se esses cursos obtêm
198 obrigatoriedade de ter uma formação específica na docência nos cursos técnicos. A
199 Presidente explicou que eles, preferencialmente, devem ter um perfil de conhecimento
200 voltado ao mercado de trabalho para colocar rapidamente pessoas com grande saber
201 naquela área no mercado; então não há necessidade de ter um doutor que, por vezes, está
202 vinculado à pesquisa e não a mercado. O Prof. Pierry continuou esclarecendo que a
203 especificidade exposta pela Profa. Carla, não está focada apenas no impacto dos cursos
204 técnicos, já que há uma oferta considerável de outros cursos, inclusive na modalidade de
205 educação de jovens e adultos. Ou seja, um mesmo professor pode estar atuando num curso
206 de qualificação, na modalidade de jovens e adultos, no curso técnico, no curso superior de
207 tecnologia ou as vezes no bacharelado ou licenciatura, especialização, mestrado ou
208 doutorado. Explicou também que o olhar de avaliação em Instituições dessa natureza não
209 pode se dar da mesma forma de uma universidade. A Prof.^a Susi esclareceu que por isso
210 há ideia de que o uso da Cesta não seja unificado. E que a decisão, após a Cesta pronta,
211 de quais indicadores usar, tem que ser do usuário. Explicou que deve ser público,
212 transparente, com intuito de ter um conhecimento sobre o objetivo de uso. A Presidente
213 expôs que a Conaes voltou atrás da eliminação do CPC e do IGC, após acertar com INEP
214 o estudo da Cesta de indicadores porquê dessa forma cada Secretaria pode selecionar e
215 decidir os indicadores que acharem importantes para distribuição de recursos. A Presidente
216 pôs em votação o bloco 1 e 2. Ficou aprovado assim por unanimidade. **Itens 3.1, 3.2 e 3.3.**
217 A Assessora Clarissa explicou que foi recente a publicação e designação dos Diretores da
218 SERES e, por este motivo, não tiveram tempo para preparar os assuntos e solicitou retirada
219 de Pauta, voltando na próxima reunião. **Item 4. Assuntos gerais.** O Prof. Ulysses informou
220 que haverá um evento sobre a divulgação dos resultados do ENADE e discutir sobre a
221 formação de professores. As Secretarias estarão presentes apresentando propostas de
222 novas políticas, com o intuito de repensar a avaliação dos cursos de formação de
223 professores, pois esses cursos voltarão ao ENADE 2024. Como por exemplo, uma crítica
224 comum é de que as provas do ENADE de licenciatura estão muito focadas no conteúdo
225 específico naquela área e menos nas competências referentes à prática docente. A questão
226 é que o Inep planejou ao longo desse ano fazer estudos e trazer esses resultados à Conaes
227 para discussão, com o objetivo de pensar um novo formato de avaliação ENADE para
228 licenciaturas. Acredita que isso irá repercutir nos instrumentos de avaliação in loco. Expôs
229 que houve uma solicitação do CNE de que as visitas tenham um olhar mais institucional e
230 menos específico de curso. Explicou, ainda, que o INEP possui duas áreas estratégicas:
231 licenciatura e a área da saúde. Começarão pela área da saúde, notadamente o curso de
232 medicina, por finalizar o período de vigência da Portaria editada no governo Temer. As
233 discussões são para decisão de critérios para abertura de novos cursos e se haverá alguma
234 alteração nos instrumentos de avaliação. A Presidente questionou sobre um comitê de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

235 avaliadores que estão contribuindo no INEP para o instrumento de avaliação nos cursos de
236 medicina. O Prof. Ulysses explicou que está ocorrendo um levantamento preliminar de
237 informações devido ao prazo curto para realização e encerramento da moratória. A equipe
238 está trabalhando no aperfeiçoamento dos instrumentos de reconhecimento de curso, mas
239 como instrumento único para todas as áreas. Em função da urgência foi solicitado a equipe
240 do INEP chamar alguns avaliadores da área de saúde para ajudar com ideias específicas
241 e identificar a necessidade ou não de um instrumento específico. A discussão será
242 específica para saúde e não apenas para medicina. A Presidente lembrou a SERES sobre
243 o problema detectado pela Conaes a respeito da CAMEM que estavam fazendo visitas de
244 autorização de curso e credenciamento institucional, contrariando frontalmente a Lei do
245 SINAES. Nesse caso, a CAMEM elaborou relatórios que subsidiaram a tomada de decisão
246 da SERES, sendo totalmente ilegal. O Presidente do INEP à época reconheceu que tinha
247 um gap enorme porque os atos eram irregulares e que iriam tomar regularizar esses atos.
248 Pela Lei do SINAES, autorização, credenciamento, reconhecimento, recredenciamento e
249 renovação de reconhecimento só pode ser feito pelo INEP, pelos avaliadores do BASis,
250 cujos relatórios subsidiam a decisão da SERES. A Assessora Clarissa solicitou que fosse
251 feita uma pesquisa nas Atas anteriores e que fossem enviadas à SERES. O Prof. Ulysses
252 demonstrou interesse em resolver e pediu que esses processos cheguem em pequenas
253 escalas ao INEP, dada a grande demanda atual de processos de ação judicial para abertura
254 de novos cursos. Explicou que o INEP tem algumas ações previstas ao longo do ano
255 focadas nas áreas dos cursos de formação de professores e cursos de saúde. Será dada
256 como prioridade estratégica o curso de licenciatura. A área da saúde não é estratégica
257 nesse momento, mas terá foco na autorização. Para o ENADE 2023, foram feitas algumas
258 análises, e este próximo será mais voltado para docência. Também foi verificado que havia
259 uma reclamação recorrente sobre o tamanho da prova, com 40 questões. Sendo assim, foi
260 recebida uma proposta de mudança, vinda das comissões, para reduzir o número de
261 questões discursivas. Para esse ano a proposta é a substituição de 3 questões discursivas
262 para 3 objetivas. A Prof.^a Ana Flávia esclareceu, ainda sobre os instrumentos, que estão
263 muito preocupados com o término na moratória e possível conteúdo específico sugerido
264 pelo GT da Medicina, para avaliação. Explicou que convidou o avaliador do BASis, Prof.
265 Silvio que já havia contribuído anteriormente com o instrumento, para que ele escolhesse
266 alguns colegas da área que entendessem de avaliação in loco e, em conjunto com sua
267 equipe, pudessem avaliar os instrumentos existentes. Talvez criar objetos de avaliação
268 mais específicos da área. As avaliações continuam, na próxima semana já acontecerão
269 capacitação no instrumento vigente para os médicos que se candidataram. Expôs que o
270 banco está deficitário, possuindo apenas 92 docentes avaliadores. A Presidente
271 parabenizou o Prof. Silvio por escolher pessoas com ótima qualificação. A Presidente ainda
272 questionou se o INEP conseguir avançar, terá um instrumento próprio para saúde. O Prof.
273 Ulysses explicou que isso ainda não está definido, mas a possibilidade é que se tenha 10



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

274 instrumentos. A Presidente explicou que a tendência sempre foi unificar os instrumentos,
275 colocando indicadores específicos. O Prof. Ulysses disse que há preocupação quanto ao
276 término da moratória, e que mesmo que as avaliações sejam com o instrumento vigente
277 podem chegar processos com exigências extras. A Presidente explicou que nesse caso
278 terá de ter adaptação no instrumento e essa proposta deverá ser submetida à Conaes.
279 Ainda explicou que ter instrumento específico para cursos da saúde pode despertar o
280 interesse das outras áreas em solicitar também um instrumento próprio. A Prof.^a Ana Flávia
281 explicou que pode ser usada a proposta de revisão do instrumento que se tem, fazer
282 rodadas com os especialistas das áreas para analisar a necessidade de acrescentar objetos
283 de avaliação específicos ou atributos específicos no instrumento sem o instrumento deixar
284 de ser amplo. A Presidente trouxe para discussão novamente nesta reunião, já que não
285 obteve resposta na reunião anterior, sobre a decisão tomada pela CONAES a respeito do
286 perfil dos avaliadores para avaliações de curso e institucional. Foi decidido, e consta em
287 Ata, o perfil para avaliador institucional e o perfil para avaliador de curso. Explicou que o
288 INEP fez uma Portaria com requisitos diferentes do que foi decidido. Expôs que se sentiu
289 desconfortável e questionou se o INEP irá rever essa Portaria e colocar os critérios que
290 foram decididos na Conaes, por unanimidade, inclusive com o voto a favor do INEP. A Prof.^a
291 Ana Flávia esclareceu que foi publicada a Portaria nº 77 que é sobre a gestão do BASis.
292 Nessa Portaria, o Art. 8º prevê qual é o perfil que um avaliador institucional precisa ter.
293 Dentro do INEP, existe a Instrução Normativa nº 4 que determina as regras de designação.
294 Essa Instrução Normativa ainda não foi atualizada. E quanto à excepcionalidade do
295 coordenador de curso, a Instrução Normativa será atualizada quando o sistema permitir. O
296 Prof. Ulysses também esclareceu que já foi feita uma encomenda à equipe de TI e o BASis
297 é o primeiro. E que precisa entrar em acordo com a SERES para que haja essa execução
298 no e-MEC. Que há grande interesse no INEP em atualizar o sistema para atender todas
299 essas demandas. A Prof.^a Ana Flávia explicou que já entregou todos os requisitos do que
300 é necessário para o novo BASis para a equipe de TI e para o Dir. Ulysses. E pontuou sobre
301 a importância da atualização do sistema. A Presidente expôs que discorda que o procurador
302 institucional seja um perfil possível, por não deter o conhecimento necessário para as
303 avaliações. A Prof.^a Ana Flávia esclareceu que se houver decisão de todos, no momento
304 da atualização da Instrução Normativa, colocará que haverá designação desses perfis
305 excepcionalmente depois de “x” rodadas. A Presidente destacou a importância da Conaes
306 em olhar para qualidade da educação e por esse motivo foi colocado esse assunto em
307 muitas discussões na Conaes. A Presidente trouxe à ciência de todos que não estará
308 presente na próxima reunião por motivo de férias. Citou o Art.7º da Seção IV, que diz: “O
309 presidente será substituído em suas faltas, ausências, impedimentos ou quando houver
310 vacância do cargo pelo membro notório saber cuja Portaria de nomeação para atuação na
311 CONAES seja a mais antiga.” No caso, o Prof. André. Explicou que a Ata e a Pauta estarão
312 prontas e justificou que no dia da reunião estará em voo, em retorno à sua residência,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

313 impossibilitando sua participação remotamente. Desejou a todos uma excelente próxima
314 reunião com a condução do Prof. André e estará de volta na 189ª RO da Conaes. Não
315 havendo mais manifestações a Presidente encerrou a reunião que segue assinada por esta
316 secretaria e pelos presentes à reunião.

317

318

319

Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl
(Notório Saber)

André Guilherme Lemos
(Notório Saber)

Simone Horta Andrade
(Notório Saber)

Maurílio Mussi Montanha
(Representante do Corpo Técnico- Administrativo)

Ana Beatriz B. de Siqueira
(Representante do Corpo Discente)

Ulysses Tavares Teixeira
(Representante do INEP)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Clarissa Tagliari
(Representante da SERES)

Pierry Teza
(Representante da SETEC)

Mircea Claro Moller
(Representante da Capes)